

## “QUANDO AS SEXUALIDADES E OS GÊNEROS SE ENCONTRAM NO ÂMBITO EDUCACIONAL”: RELATO DE INTERVENÇÃO COM PROFESORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR

*Márcio Alessandro Neman do Nascimento*<sup>1</sup>

### *“WHEN SEXUALITIES AND GENDERS ARE IN EDUCATIONAL CONTEXT”: REPORT OF INTERVENTION WITH TEACHERS OF PUBLIC SCHOOLS IN LONDRINA- PR*

**Resumo:** O presente trabalho insere-se na temática “Educação e Cidadania” e investe no relato de uma intervenção com professores e outros profissionais que atuam com adolescentes freqüentadores de escolas periféricas do município de Londrina-Paraná. As intervenções relatadas circunscreviam discussões acerca das expressões das sexualidades, gêneros e corporalidades no âmbito educacional, tendo como objetivos primeiros, problematizar realidades vivenciadas por eles tanto quanto produzir contextos que possibilitassem o acesso às informações sobre assuntos relacionadas às construções dos gêneros (masculino/feminino) e condições do cuidado de si (no que tange as práticas de prevenção de infecção de DST/HIV/AIDS, prevenção de gestação indesejada entre outros), combate e enfrentamento às discriminações e preconceitos contra público LGBT<sup>2</sup> ou aqueles que se presume que sejam, entre outros.

**Palavras-chave:** Sexualidades. Gêneros. Educação pública.

**Abstract:** This work is part of the theme "Education and Citizenship" and invests in the report of an intervention with teachers and other professionals who attend teenagers in periphery schools in Londrina, Paraná. Interventions reported circumscribed discussions about expressions of sexualities, genders and embodiments in the educational context, and the primary goals were questioning realities experienced by them as much as produce contexts that would allow access to information about issues of genders construction (male/female) and conditions of self-care (regarding the prevention practice of venereal diseases/HIV/AIDS, unwanted pregnancy prevention, among others), fight and confront discrimination and bias against LGBT public or who are presumed to be, among others.

**Keywords:** sexualities; genders; public education.

---

<sup>1</sup> Psicólogo e professor universitário. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Integrante do GEPS (Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidades). E-mail: [marcioneman@gmail.com](mailto:marcioneman@gmail.com).

<sup>2</sup> Sigla empregada desde a década de 1990 para representar às políticas públicas e reivindicações do movimento social. Designam as identidades sexuais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

## **Introdução**

O presente trabalho relata a experiência de supervisão/orientação com professores da rede pública de ensino assim como expõe o desenvolvimento de atividades orientadas para a discussão das amplas expressões das sexualidades e gêneros no âmbito educacional. Para tanto, se desenvolveu encontros sistematizados e contínuos (em formato de oficinas e grupo de estudos) nas escolas, de modo a contemplar as discussões sócio-pedagógicas contemporâneas trazidas pelas Políticas Públicas Educacionais de Inclusão Social, orientadas pelo Ministério da Educação (MEC). Observa-se que a preocupação com o público que freqüentam escolas também é o foco de atenção do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) no que diz respeito ao combate de práticas sociais violentas de intolerância às distintas expressões das sexualidades e gêneros. Ainda, existe a preocupação com o aumento da taxa de infecção pelo HIV/AIDS por jovens, ainda mais quando se trata de populações oriundas de territórios periféricos, pertencentes à classe social e econômica baixa, denominadas de população em contextos ou situações de vulnerabilidades sociais.

Encontra-se em Nascimento (2007) que o conceito vulnerabilidade social pode ser compreendido como a ampliação da análise de acontecimentos sociais, que relevam os contextos sócio-históricos, políticos e culturais, portanto, entendendo toda e qualquer prática social como um processo coletivo e não dado de modo individual e isolado. Ainda, se sugere que, condições objetivas e subjetivas favorecem para que algumas populações estejam mais susceptíveis em relação às outras, refletindo na dificuldade ou na negativa do acesso a bens de consumo, empregabilidade e, expondo muitos às condições desfavoráveis para a superação das condições de vida precária. De acordo com Guacira Lopes Louro:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/gênero/sexualidade serão tomadas como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 27).

A análise trazida pela autora supracitada, juntamente com o posicionamento crítico indicado por Junqueira (2009) e Peres (2009) nos faz refletir como, ainda hoje, as escolas brasileiras se norteiam pelos pressupostos pautados, historicamente, na dimensão da binarização do mundo, em que o machismo, a homofobia, o essencialismo, a tradição cristã e biologizante sustentam currículos

escolares heteronormatizados. Por heteronormatividade pode-se entender como sendo a tomada da heterossexualidade como matriz e norma única e determinante para se viver, em detrimento das amplas expressões de estilos de vida, corporalidades, desejos entre outras formas de produção de Vida. A prática da heteronormatividade ainda vigora e, em alguns momentos, são adotados como diretrizes sócio-pedagógicas em muitas práticas didáticas.

Em relação ao contexto escolar, as autoras Abramovay, Castro e Silva (2004) - responsáveis pela pesquisa intitulada *Juventudes e Sexualidades* - trazem algumas descrições problemáticas, do cenário educacional brasileiro, relacionadas ao tema sexualidades, imaginário e práticas sociais de convívio entre o público escolar. Entre os dados nota-se a significativa convivência frente às práticas homofóbicas contra alunos que são identificados/presumidos como homossexuais. Essa cumplicidade face à discriminação e preconceito é acentuada quando se analisa os resultados dos questionários coletados e formatado *em escala de ações violentas*, sendo indicado pelos alunos brasileiros que o quesito *bater em homossexuais* é considerado menos grave em relação *ao uso de drogas* e *ao ato de roubar*. Embora essa pesquisa nacional seja datada no ano de 2004, é observado que ainda assim, refletem dados bastante contundentes e atuais sobre ações *na* e *fora* da escola. Com a visibilidade das sexualidades dissidentes nos âmbitos educacionais, se observa bastante recorrentes ações intolerantes, no que tange, às insurgências das expressões dos desejos, das existências, das identidades de gêneros e orientações sexuais.

Partindo das descrições supracitadas, reflete-se que a discussão sobre sexualidades e gêneros pode e deve extrapolar a visão apenas marcada pela condição biológica e desenvolvimentalista do humano, principalmente no processo educacional. Sobre essa questão Guacira Louro (1998, p. 87-88) nos diz:

É indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição escolar, estão presentes as concepções de gênero e sexuais que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. A instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gêneros sexuais.

Assim, se referir às construções das sexualidades e dos gêneros implica em compreender a perspectiva sócio-histórica, política e cultural em que se foi produzido discursos sobre corporalidades, práticas sexuais, identidades sexuais, estilos de vida e modos de vivenciar o prazer. De acordo com Foucault (2003; 2005), historicamente, durante os três últimos séculos na sociedade ocidental foram produzidos *saberes e verdades* essencialistas, naturalizantes e

fisiológicas frente às sexualidades. Dessa maneira, produziram-se modos de pensar e agir que permearam o cotidiano e a construção do imaginário social sobre vivências comuns a todos os seres vivos, como por exemplo: sentimentos, desejos, conjugalidades, práticas sexuais, orientação sexual, identidades de gênero, vulnerabilidades às violências de gêneros e outras práticas sociais discriminatórias, vulnerabilidade à infecção de DST/HIV/AIDS, (NASCIMENTO, 2007).

A sexualidade nos remete as diversas inquietações relativas ao conhecimento sobre a nossa constituição enquanto sujeito e a relação com o cotidiano. Quando nos indagamos sobre o conceito *sexualidade*, questionamos, simultaneamente, os principais fundamentos ontológicos modernos; conseqüentemente, os fundamentos paradigmáticos da Ciência Moderna (que ainda fomentam a lógica sexual contemporânea) começam a ruir. Nessa (des)construção, novas questões surgem e compreender às sexualidades implica também em se estudar as processualidades das identidades e dos gêneros, constituição e feitura dos sujeitos, as transitoriedades das culturas e dos prazeres corporais, entre outros, que passam a ser tomados mais evidentemente por processos sócio-político-econômicos e culturais. Sobre as identidades e os gêneros, Louro (1997, p. 21) assinala:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se constrói sobre os sexos.

De acordo com a autora, no decorrer da história, os conceitos e entendimentos acerca dos gêneros se modificaram e se reconfiguraram, trazendo em seu bojo, transformações e emergências na ordem das vivências sociais e nas relações hierárquicas e de poder estabelecidas entre os gêneros. Para Louro (1997; 1998; 2004), Junqueira (2009), Peres (2009), as relações hierárquicas de poder e as classificações trazidas pelo binarismo sexual e generificado - homem/mulher, fêmea/macho, masculino/feminino, heterossexual/homossexual partem da premissa de um único corpo, um único sexo, um único modo padrão de prazer, entre outros - negam a compreensão da pluralidade que habita o humano e não possibilita que profissionais que atuam na escola consigam atuar de modo mais ético e pedagógico (esperado para um educador), quando se trata das temáticas *sexualidades e gêneros*.

## **Metodologia**

Assim o presente artigo relata a experiência de acompanhamento de três escolas da região periférica do município de Londrina-PR que atendem público escolar entre as idades de 11 a 18 anos, e que cursavam entre a 5ª série e o 3º colegial (modelo curricular anterior ao atual, mas vigente naquele momento). Embora o autor deste artigo tenha iniciado seus trabalhos nesta área desde 2003 e continua com essas atividades até os dias atuais, o recorte deste relato atendia escolas dentro do projeto *GEES-Escola: a criação de “Rede de Formadores”*, coordenado pela professora Drª Mary Neide Damico Figueiró.

O acompanhamento se conduzia, primeiramente, pelo intuito de se formar grupos de estudos nas escolas. Esses grupos eram formados e acompanhados semanalmente ou quinzenalmente por um professor/formador da própria instituição que assumia a responsabilidade de coordenar os encontros nas dependências da escola. Esse professor/formador selecionado desenvolvia a função de multiplicador de outros educadores que desejavam se instrumentalizar para atuar com a temática dentro de salas de aulas, introduzir problematizações dentro das disciplinas -de acordo com os Parâmetros Curriculares (BRASIL, 1997), intervir nas cenas cotidianas nas instalações do espaço escolar, entre outros. Para tanto, esse professor/formador também passava por uma formação teórica, anteriormente, participando de um grupo de estudo com outros possíveis professores/formadores de outras escolas.

Ao se selecionar a escola, formava-se um grupo de profissionais do colégio interessados e formalizava-se (por meio de documentos) a parceria e compromisso da escola com o Projeto, de modo a garantir a ocorrência sistematizada do grupo de estudos e iniciar o acompanhamento de um supervisor/orientador antes e durante toda atividade desenvolvida com os grupos. Vale ressaltar que todos os participantes assíduos em frequência eram certificados pela Universidade Estadual de Londrina, via Departamento de Psicologia Social e Institucional.

## **Resultados e Discussão**

As supervisões com o professor/formador eram realizadas semanalmente ou quinzenalmente, dependendo da configuração escolhida por cada escola, sendo sempre intercaladas com cada novo encontro do grupo de estudo na escola. Eram realizados 10 encontros, com duração média de 4 horas. Ainda, sobre as supervisões, era designado ao

professor/formador que cumprisse um cronograma de leituras previamente selecionadas, de modo que pudesse não apenas reproduzir, mas se implicar nas questões que envolviam as temáticas *sexualidades e gêneros*. Cada encontro era preparado de acordo com temas emergentes na escola, discutidos em supervisão e executados com materiais disparadores para reflexão, tais como, curtas e longas metragens, discussão de textos, dinâmicas, recortes de notícias atuais, participação de convidados que pudessem relatar e tirar dúvidas específicas dos participantes (por exemplo, a participação de uma travesti que narrava a relação que estabelecia com a comunidade escolar).

Já em relação aos professores que participavam dos grupos de estudos nas escolas, realizavam leituras programadas a serem discutidas nos encontros. Nesses contextos, eram problematizadas cenas do cotidiano, a atuação pedagógica nas salas de aulas, dificuldades pessoais em lidar com as questões discutidas e desmistificações ocasionadas pela cultura tradicionalista.

As cenas dos cotidianos escolares apontadas pelos professores dos 3 (três) colégios se assemelhavam, muito possivelmente pelo fato das escolas se encontrarem em situações similares (região periférica do município e mesmo público destinatário - adolescentes). As questões típicas dos adolescentes convergiam e se complementavam dentro da própria escola assim como também, em última análise, com as questões enfrentadas com professores e adolescentes de outros colégios. Desse modo, por meio de relatórios, relatos e visitas realizadas pelo supervisor (que também ministrava oficinas nos grupos), se pode elencar algumas problemáticas apontadas pelos participantes dos grupos:

- a) Como abordar alunos se masturbando ou com ereção em salas de aulas;
- b) “Pegação” em banheiros e até mesmo em sala de aulas entre alunos do mesmo sexo biológico e do sexo oposto;
- c) Namoros “mais intimistas” dentro do espaço escolar, mesmo com regras proibitivas;
- d) Dificuldade em lidar com o excesso de palavrões e indagações sobre sexualidades, discursadas por alunos;
- e) Situações de gestação indesejada, alunos vivendo com HIV/AIDS, suspeitas de pedofilia e abuso sexual intrafamiliar;
- f) Famílias de alunos acusando as escolas por tentarem abordar assuntos relacionados às sexualidades, gêneros e corporalidades, indicados nos Parâmetros Curriculares.

Principalmente reclamações de famílias evangélicas que não compreendem essas temáticas como assuntos a serem discutidos no âmbito educacional.

- g) Práticas de *bullying* homofóbico contra alunos ditos ou identificados como público LGBT. Também relatos de *bullying* de modo geral, contra alunos que se destacam em algum aspecto que foge ao padrão esperado, como por exemplo, alunos infantilizados, obesos, negros, muito altos ou magros, em situação de miserabilidade, oriundos de famílias com problemas no bairro, entre outros.
- h) Excesso de responsabilidade assumida pela instituição escolar conjugado com a falta de recurso e preparação da comunidade educacional.

Os entraves encontrados (no entanto, superados durante os encontros) pelo professor/formador e pelo supervisor dos grupos foram:

- a) Crenças e valores pessoais que sobrepõem ao entendimento e respeito às diferentes e amplas expressões das sexualidades e gênero por parte de alguns participantes.
- b) Dificuldade de implicação de alguns (poucos) participantes em assumir as discussões temáticas no âmbito educacional. Resistências de algumas “alas” da comunidade escolar em executar um currículo inclusivo.
- c) Desconhecimento da própria sexualidade e dos componentes sócio-históricos que os constituem enquanto sujeito. Deficiente autoconhecimento no que diz respeito à própria experiência de prazeres corporais e a ineficiente participação de espaços que legitimassem a reflexão sobre sexualidades, gêneros e expressões corporais.
- d) Tentativa de invisibilidade das questões emergentes e negação da realidade posta.

A partir das descrições acima elencadas, compreendemos a educação como um processo social que realiza intersecções com outros contextos da sociedade com a finalidade de executar uma proposta sócio-educativa. No entanto, quando se problematiza as questões das sexualidades e gêneros no âmbito educacional observa-se uma avalanche de denúncias institucionais (dadas desde os protocolos estatais até as gestões das unidades educacionais), revelações sobre a crise do ensino, o despreparo e descompasso da formação de professores se comparados com as exigências contemporâneas que emergem com o passar dos tempos.

Porém, é fato, de acordo com Louro (2004) que existem permanências quando se observa procedimentos e táticas disciplinares das escolas que, por sua vez, revelam os campos de exercícios assimétricos de poder entre normativas e o cotidiano escolar, gestores e professores, professores e alunos, alunos “normais e alunos “ex-cêntricos”, enfim, relações que expõe o mal-estar vivenciado nas dependências escolares quando se trata de um assunto ainda tabu na cultura ocidental, entretanto, com grande visibilidade.

Desde o século XV, segundo Ariès (1981), houve grande impacto social na educação a partir da saída das crianças e jovens do contexto familiar privado em direção a frequência escolar em instituições disciplinares. Essa mudança exigiu a criação de métodos disciplinares com maior rigor moral por parte dos educadores para a execução da prática educativa, algumas delas presentes até os dias atuais no *modus operandis* em se educar. No entanto, de acordo com as normativas descritas pelas Políticas Públicas Educacionais (PPE), não cabe mais a escola funcionar como um extensor moral que propaga tratamentos preconceituosos, com medidas discriminatórias e constrangedoras contra qualquer expressão da diversidade humana.

## **Conclusão**

Primeiramente, se salienta o compromisso das PPE em elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino a minimizar e enfrentar toda prática social violenta que dificulte a propagação dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana. Em seguida, evidencia-se o compromisso ético da comunidade escolar em possibilitar condições favoráveis para a existência das multiplicidades de sexualidades e gêneros nas escolas, uma vez que o direito a frequentar a escola é garantido pelas ordens legislativas.

Por fim, salienta-se que os encontros dos grupos de estudos possibilitaram a aproximação das dificuldades relatadas pelos professores com as problemáticas observadas e relatadas dentro dos grupos. Assim sendo, foi possível produzir uma metodologia interventiva que buscasse desmistificar crenças e que promovesse a sensibilização e apropriação de conhecimento sobre a construção social dos conceitos, acontecimentos históricos e humanos. As atividades revelaram-se como um disparador potente para promover autoconhecimento e linhas de fuga de crenças estigmatizantes que afastam educadores de uma ética, da coerência e da responsabilidade de uma prática educativa inclusiva e respeitosa.



## Referências

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M. G., & SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18º ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003, cap. XVI, p. 243-276.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16º ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO/MEC, 2009, p. 13-51.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. (Org.), **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 85-95.

\_\_\_\_\_. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas de conhecimento. In: ABOUD, S.; BENTO, B.; GARCIA, W.; LOPES, D. (Orgs.). **Imagem & diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004, p 23-28.

NASCIMENTO, M. A. N. do. **Homossexualidades e homosociabilidades: hierarquização e relações de poder entre homossexuais masculinos que freqüentam dispositivos de socialização de sexualidades GLBT**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, Brasil, 2007.

PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO/MEC, 2009, p. 235-263.